

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER N.º 240/2023

PROCESSO N.º 188/2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE ADEQUAÇÃO NOS POÇOS ARTESIANOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA COLETIVO DE REDES COMUNITÁRIAS RURAIS. SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE. SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA. DECRETO N.º 4.723/2023. LEI N.º 8.666/93. CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE.

O Sr. Secretário da Administração e Planejamento encaminhou a esta Assessoria, o Processo n.º 188/2023, solicitando PARECER referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DE ADEQUAÇÃO NOS POÇOS ARTESIANOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA COLETIVO DE REDES COMUNITÁRIAS RURAIS, SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE. SITUAÇÃO DE URGÊNCIA DEVIDO ANÁLISE ESTADUAL DO DRH**, conforme requisição feita pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

Constam em anexo aos Autos do Processo n.º 188/2023 os seguintes documentos:

- Memorando Interno n.º 62/2023, dando conta da necessidade da contratação, com justificativas;
- Documento de Formalização da Demanda (DFD), expondo: Órgão; Setor Requisitante; Responsável pela Demanda; Objeto; Legislação; Justificativa da necessidade da

contratação; Descrição do Objeto; Estimativa de Preços/Preços Referenciais; Da Viabilidade da Contratação; etc. Visado pelo Secretário;

- Propostas/Orçamentos.

O objetivo é a contratação da empresa PEDRO CHAVES DOS SANTOS LTDA, CNPJ nº 49.931.466/0001-08, no valor total de R\$ 19.450,00 para o processo em tela, constando dos Autos sua documentação de habilitação.

Entendemos se tratar da hipótese de DISPENSA DE LICITAÇÃO com base no artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, tendo em vista o Decreto nº 4.723/2023, de 08/02/2023, que declarou situação de emergência e estado de calamidade pública.

Devendo ser levado em consideração a possibilidade de prejuízo ao erário público pela não regularização desses poços, devido a necessidade de outorga estadual e análise pelo órgão DRH.

Consta dos Autos a devida consulta e reserva de dotação orçamentária para a contratação, havendo recursos disponíveis vinculados à Ação 2032 (Manutenção e Ampliação de Redes de Água Potável), Despesa 51 4.4.90.51.

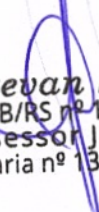
A documentação da empresa acompanha os presentes Autos, observando a Lei 8.666/93.

Orientamos que a Secretaria e a Administração adotem outras modalidades de processo licitatório para situações recorrentes ou com possibilidade de previsibilidade e necessidade.

Pelo exposto, no entender desta Assessoria, não há óbice à dispensa de licitação para a contratação da empresa que atendeu o disposto no artigo 26, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, no que diz respeito a justificativa de preços, opinando por sua homologação.

Este é, salvo melhor juízo, o PARECER que submetemos à consideração superior.

Ibirubá-RS, 24 de julho de 2023.


Estevan Scarsi
OAB/RS nº 126.335
Assessor Jurídico
Portaria nº 13.265/2022